



dfi
X

Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 04/17-21 **SESSÃO ORDINÁRIA** **2018/02/23**

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H00M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

De seguida o Senhor Presidente da Mesa, disse que lhe foi apresentada uma proposta à mesa por parte do Partido Socialista para composição da mesa, pela ausência do primeiro secretário, que de seguida a leu:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha Eng.º Luís Augusto Pestana Mourão

A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Caminha vem, nos termos legais e regimentais, propor em substituição do 1.º Secretário dessa mesa, o Deputado João Aberto Marques da Costa Felgueiras da silva.

Assim, propõe esta Bancada que, a Assembleia delibere no sentido de incumbir o Deputado José Gaspar Pereira de co secretariar a presente sessão extraordinária.”

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa** propôs a proposta apresentada pelo Partido Socialista para aceitação da mesma ao plenário, e se pronunciem sobre a proposta.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa. Saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, o Público em geral e a Comunicação Social, e disse que a dúvida que levanta é que se esta



Assembleia Municipal de Caminha

substituição tem a ver com a composição da mesa para esta sessão, e apenas nesta sessão, o n.º3 do art.º 4 do Regimento, prevê completar a mesa, mas, na ausência simultânea de todos ou na maioria dos membros da mesa, elegendo-se, por voto secreto, de entre os membros presentes, o número necessário de elementos para integrar a mesa que vai presidir à reunião. Ora, disse, como estão dois membros, logo, a maioria não está ausente, a mesa reúne condições para funcionar com os dois membros, não lhe parecendo relevante este procedimento eleitoral. No entanto, concluiu, também não se opõe se a maioria dos presentes assim decidir.

O **Senhor Presidente da Mesa**, explica que esta substituição se deve ao facto de algum dos presentes na mesa que se tenha de ausentar, aí, teria que se proceder a essa substituição, pelo que, faz-se de imediato.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, fez uma interpelação à mesa, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e Comunicação Social e disse que subscrevem inteiramente a posição tomada pelo Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, porque o Regimento, assim o refere, mas, não vê inconveniente para que se proceda à substituição.

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs a votação por voto secreto, a não ser que a Assembleia prescindisse de o fazer. A Assembleia dispensou a votação por voto secreto e a proposta foi aprovada por unanimidade.

Logo de imediato a Senhora Segunda Secretária, Sónia Lajoso, leu as Substituições:

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento



Assembleia Municipal de Caminha

deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído por Ernesto João Neto Casal da Veiga.
- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído por Luis Filipe da Silva Matias.
- José Luis da Fonte Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vile, faltou, cuja a falta foi justificada.
- João Alberto Marques Felgueiras da Silva, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Tânia Marisa Magalhães Aldeia.
- Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por Carlos Alberto da Fonte Videira
- Narciso Correia, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por Ricardo Jorge Rodrigues Cunha.
- João Filipe da Costa Lages eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por Diana Carina Amorim Correia.

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 34 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A. J. L.' followed by a flourish.

Assembleia Municipal de Caminha

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 18 de dezembro 2017;
- c) – Celebração de Protocolos de apoio às Freguesias;
- d) – Celebração de Acordos de Execução entre o Município e as Freguesias;
- e) – Contração de um Empréstimo a Curto Prazo para o Exercício Económico de 2018;
- f) – Implementação de Sinalética na União de Freguesias de Caminha e Vilarelho.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve público.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa

A **Senhora Primeira Secretária, Sónia Lajoso**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:

- Email da Senhora Sofia Taxa, a dar conhecimento da falta de limpeza de terreno junto à sua habitação, o qual foi enviado também para varias entidades como : Provedor do Município - Município de Caminha <provedordomunicipio@cm-caminha.pt>; Assembleia Municipal - Município de Caminha <assembleia@cm-caminha.pt>; Miguel Alves <miguel.alves@cm-caminha.pt>; Guilherme Lagido Domingos <guilherme.lagido@cm-caminha.pt>; Liliana Ribeiro <liliana.ribeiro@cm-caminha.pt>; Rui Lages <rui.lages@cm-caminha.pt>; lilianaboucasilva@gmail.com; juntavpancora@mail.telepac.pt;



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A. Z.' followed by a flourish.

Assembleia Municipal de Caminha

junta.freg.ancora@sapo.pt; geral@prociv.pt; cdos.vcastelo@prociv.pt;
ct.vct.dvct.pvpa@gnr.pt

- E-mail da Junta de Freguesia de Âncora a dar resposta ao email da Senhora Sofia Taxa, relativamente à limpeza de terreno.
- Email da Senhora Sofia Taxa, a dar conhecimento da resposta da Junta de Freguesia de Âncora ser tão célere.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da aprovação do Projeto de Resolução "Acesso dos municípios aos Fundos Comunitários para investimento no Ciclo Urbano da Água".
- E-mail da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens a agradecer a todos os que se cruzaram no meu caminho enquanto Presidente desta Comissão.
- E-mail de Luís Sottomaior Braga, a solicitar a data prevista para a realização de eleições para o Conselho Municipal de Educação de Caminha.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, disse que chegou à mesa um voto de Pesar com proposta de um minuto de silêncio entregue pela bancada do Partido Socialista e dois votos de Louvor propostos pela bancada do Partido Social Democrata, propôs para aceitação dos mesmos ao plenário.

De seguida o **Senhor Deputado José Gaspar Pereira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social e leu o seguinte Voto de Pesar:

"Amílcar Aristides dos Santos Almeida nasceu a 2 de fevereiro de 1943. Foi marido, pai e avô, homem culto e de grande saber.

Desde sempre teve uma vida social muito ativa, portista fervoroso e socialista de convicção, o Sr. Amílcar, como o relembramos, foi uma pessoa que muito deu de si à nossa comunidade, em especial à comunidade de Caminha (Matriz) e Vilarelho.



Assembleia Municipal de Caminha

Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Caminha (Matriz) e Vilarelho, no mandato 2013/2017 e membro da Assembleia de Freguesia de Vilarelho no mandato 2009/2013, foi com dedicação e empenho que ao longo destes anos esteve ao serviço destas duas freguesias, assegurando com profissionalismo e rigor os cargos ocupados como autarca.

A 19 de fevereiro de 2018 o Sr. Amílcar deixou-nos. As pessoas são insubstituíveis na sua existência, e quando são especiais, além da falta que fazem àqueles que as amam, deixam o mundo mais pobre. Sem o nosso amigo, camarada e companheiro o concelho perdeu um pouco do seu brilho, alegria e cor.

Com elevada consternação apresentamos os mais sentidos pêsames à família enlutada e a todos os seus amigos.

Assim, a Assembleia Municipal de Caminha, reunida em sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2018 deliberou realizar um minuto de silêncio pelo falecimento de Amílcar Aristides dos Santos Almeida.

Dê-se conhecimento do presente Voto de Pesar à sua amada esposa e filhos.

Os Deputados eleitos pelo Partido Socialista.”

De seguida fez-se um minuto de silêncio.

De seguida a **Senhora Deputada Simaura Fonseca**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, leu dois votos de louvor:

“Os deputados do Partido Social Democrata do Município de Caminha pretendem prestar homenagem e pedir a atribuição de um voto de louvor à Dra. Patrícia Gomes, pelo papel que desempenhou enquanto Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha (CPCJ) e ao atleta Marco Maio que se sagrou vice-campeão nacional no salto em altura elevando



Assembleia Municipal de Caminha

assim o nome do concelho de Caminha, no caso ao topo do atletismo português.

Licenciada em Educação Social e atualmente funcionária da Câmara Municipal de Caminha, a Dra. Patrícia Gomes integrou a Comissão Restrita da CPCJ de Caminha em 2004. Face ao enorme profissionalismo revelado, foi eleita Presidente desta Comissão em 2006, função que desempenhou até janeiro de 2018. As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens têm um papel fundamental na promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo, cuja intervenção tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto, põem em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulta de ação ou omissão de terceiros. Com base na Lei n.º 2147/99 de 1 de setembro, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens são compostas por vários membros, estando representadas, obrigatoriamente, determinadas instituições. Embora já tenham passado na história da CPCJ de Caminha diversos elementos, que sempre trabalharam de forma exemplar e empenhada na defesa dos direitos das crianças e jovens do nosso concelho, não poderíamos deixar passar em claro o facto da Dra. Patrícia Gomes ter desempenhado funções como Presidente desta CPCJ durante 14 anos, de uma forma exemplar. Assumiu um papel de enorme altruísmo, e espírito de missão, para além do que seria expectável a qualquer funcionário, mesmo que bastante zeloso. Todavia, a entrega profissional e humana da Dra. Patrícia Gomes na CPCJ de Caminha, ultrapassaram largamente aquilo que seria expectável, tendo sido reconhecidas a sua competência e as suas qualidades, por diversas vezes, por parte de entidades supervisoras e formadoras, como foi o caso da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, o Ministério Público, o Centro Distrital da Segurança Social de Viana do Castelo, bem como por parte de outras CPCJ congéneres. Os membros da CPCJ, para além do que é o trabalho diário, entregam-se num voluntariado abnegado que os disponibiliza 24 horas por dia, sete dias por semana, para acompanhar casos

Handwritten signature in blue ink.



Assembleia Municipal de Caminha

dramáticos que infelizmente assolam cada vez mais a nossa sociedade, pelo que gostaríamos de também deixar aqui a nossa homenagem a todos os elementos que integram, ou integraram, a CPCJ de Caminha, tanto na sua modalidade Restrita, como Alargada. É um trabalho de enorme responsabilidade, cujas decisões não podem ser tomadas de forma leviana. Face ao exposto, e tal como já referimos, propomos assim um voto de louvor a ser aprovado nesta Assembleia e enviado posteriormente à Dra. Patrícia Gomes. O atleta de Vila Praia de Âncora, Marcos Maio, do clube de atletismo olímpico vianense, sagrou-se vice-campeão de Portugal de salto em altura no decorrer do campeonato de Portugal, em pista coberta, que se realizou no dia 10 e 11 de fevereiro no Pombal.

Marcos Maio sagra-se vice-campeão nacional de atletismo no salto em altura com a marca de 2.07 metros, numa prova em que igualou o seu melhor registo de sempre datado de 2015.

Reconhecendo o valor e mérito, propomos assim um voto de louvor a ser aprovado nesta Assembleia e enviado posteriormente ao atleta Marcos Maio e ao clube que representa.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que esta matéria é sensível, e é sempre sensível, sobretudo, não por quem esta casa presta a homenagem, mas, muitas das vezes, por quem esquece, e por isso, no art.º 46 do Regimento fala expressamente no “funcionamento da conferência de representantes dos grupos políticos”, e diz que uma das suas competências é “apreciar os assuntos e propostas e agendar nas reuniões de Assembleia”, que possam sere levadas ali. Nesse princípio, não discutindo particularmente estes dois votos de louvor que foram em conjunto apresentados, disse, gostava de desafiar a mesa da Assembleia Municipal, para que não incorresse neste erro de esquecer tantos outros que mereciam, igualmente, o mesmo louvor que hoje se vai ali dar a estas duas pessoas, que de certeza que o merecem, a que se passe a cumprir o que está disposto nos art.º 44, 45, 46, criando as condições



A 2.
Z

Assembleia Municipal de Caminha

necessárias e convocando a conferência de líderes para que pudessem ser preparadas este tipo de propostas em conjunto com todos os representantes da Assembleia.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, disse que, obviamente se vão associar a este voto de louvor, mais do que merecido, mas, também partilham da opinião do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, e solicita para que uma próxima vez, que isto aconteça, que sejam aplicados os artigos do Regimento e se possa ter uma conferência de líderes, e apresentarem votos de louvor em conjunto, ou seja, para não esquecer ninguém, porque efetivamente sem querer foram esquecidos outros atletas e pessoas que também teriam todo o mérito em receber este voto.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que a mesa vai tomar nota da recomendação e futuramente procederá de acordo.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, colocou a votação estes dois votos de louvor, os quais foram aprovados por unanimidade.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor António Brás, Presidente da Junta de Âncora**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da



A. J. E.

Assembleia Municipal de Caminha

Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Procurando ser resumido não podia deixar de intervir nesta Assembleia, deixando passar em claro o dia 17 deste mês de fevereiro, que sendo aparentemente um dia como outro qualquer, deixou a partir de então de o ser e passou a ser um dia de festejo para as Freguesias de Âncora e Riba de Âncora, decorrente de um acontecimento de considero de extrema relevância, que foi a visita oficial de Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro de Portugal, e restante comitiva governamental.

Se foi por um lado, para mim uma satisfação, que retenho com a devida humildade, considero em simultâneo ser uma responsabilidade em termos de futuro, nomeadamente, no que se refere à razão da sua presença.

Hoje para mim existe uma responsabilidade acrescida, ela decorre do pedido que me dirigido pelo Senhor presidente da Junta de Riba de Âncora, meu amigo de longa data Paulo Alvarenga, com o qual tenho o prazer de já ter trilhado alguns caminhos, e que, numa perspetiva de economizar tempo de intervenções e meramente por isso, me pediu para falar aqui em nome das duas freguesias, o que para mim representa um voto de confiança, que dele, tentarei ser merecedor.

Confesso que reagi com surpresa ao receber a noticia de que tão elevada individualidade de Estado, tão distinta comitiva, iria visitar oficialmente estas duas freguesias vizinhas, amigas e com laços tão estreitos que se revelam palpáveis desde sempre.

Evidentemente que tal acontecimento, tido como inédito por estas bandas, (Porque não, considerá-lo histórico como me dizia o senhor vice presidente) não foi fruto do acaso, estamos certos, que somente a intervenção empenhada do senhor presidente da Câmara, a iniciativa do executivo em levar a efeito o projeto das limpezas Florestais, acrescido pelo desempenho no terreno da Comissão de Baldios de Riba de Âncora e da Junta de freguesia de Âncora,



Assembleia Municipal de Caminha

tornou possível fazer deste dia 17 de fevereiro do ano de 2018, um dia memorável para Âncora e para Riba de Âncora.

No nosso entender, esta surpresa tem ainda maior impacto, se tivermos em conta que não é comum duas freguesias de pequena dimensão receberem esta honra, por outro lado, acreditamos que esta postura é reveladora duma filosofia de democracia de futuro, diferente de outras a que estamos habituados assistir, uma filosofia de igualdade, uma postura moderna, direcionada para todos os portugueses, vocacionada para servir o interesse público em geral e não só para os radicados nos grandes centros urbanos.

No passado dia 17 foi dado um exemplo ao país, sobre a importância de governar em regime de proximidade, sem discriminação, de agilização de vontades entre o governo, a Câmara de Caminha e as freguesias, que certamente motivará as populações a cumprir as regras estipuladas pelo governo relativas à Defesa da Floresta, pessoas e bens.

Entendemos esta visita como uma forma de valorizar o trabalho que é feito nas freguesias mais pequenas, trabalho esse, que se reflete no contexto nacional e que persistentemente é esquecido e todos os dias desvalorizado.

Felizmente aparecem no cenário político homens como António Costa e Miguel Alves e necessariamente muda a lei do mais forte e todos começam a ser tratados por igual.

Eis que o Concelho de Caminha pode mostrar a Portugal inteiro, a sua grande capacidade de empreender e ser pioneiro neste desígnio nacional da Prevenção dos Incêndios Florestais e que desejamos venha a ser acompanhado da mais rápida regeneração do tecido Florestal.

Eis que Âncora e Riba de Âncora passam a poder orgulhar-se de receber os mais importantes responsáveis de estado.

Julgamos que ambas as freguesias souberam assumir com humildade e simpatia a visita de surpresa, mesmo tratando-se de uma visita de trabalho talvez a ocasião exigisse outro engalanar, que seria merecido e apropriado,

Handwritten signature in blue ink.



Handwritten blue ink marks, including a star-like symbol and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

assentando perfeitamente em jeito de luva ao Senhor Primeiro Ministro, e ao Senhor Presidente da Câmara.

Ficou o calor dos Ancorenses e RibAncorenses que estiveram presentes e dos muitos que não poderão estar por afazeres profissionais.

Mas sobretudo parece-nos que fica doravante lançado o desafio para todos os políticos, da atualidade e vindouros, de que não devem lembrar-se das pequenas localidades apenas em períodos eleitorais, mas sim, que estas são parte ativa do País.

Senhor Presidente da Câmara, num balanço geral, admitimos que a nossa relação com V. Ex^a, e demais executivos se tem pautado por diversas agradáveis surpresas, que vivamente saudamos.

No entanto nos vários domínios, é para nós expectável, precisamos e acreditamos de que vai continuar a surpreender-nos positivamente tal como sempre nos habituou.

Senhor Presidente obrigado por valorizar o trabalho das freguesias, obrigado por estar com as gentes de Âncora e Riba de Âncora Disse.”

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e deu início à sua intervenção:

“As alterações sociais verificadas ao longo das últimas décadas não têm paralelo com nenhum outro período da nossa história coletiva. As profundas transformações na demografia e na mobilidade, na educação e no mercado laboral, devem levar os agentes públicos a ajustar as suas políticas no sentido de salvaguardar um futuro sustentável, assente numa visão de desenvolvimento integrado do território.

Num tempo onde a principal tendência é a de concentração das populações em grandes centros urbanos, só a diferenciação e a implementação de políticas de



Assembleia Municipal de Caminha

emprego qualificado podem promover um crescimento sustentável que promova a qualidade de vida das populações, salvaguardando as expectativas das gerações futuras.

Ultrapassada a grave crise social, económica e financeira que o país atravessou durante o período de assistência externa, Portugal tem beneficiado de uma conjuntura favorável, assente, entre outros fatores, na expansão do turismo.

Tenho as maiores dúvidas sobre a sustentabilidade exclusiva desta aposta, que tem sido seguida sobretudo nas duas maiores cidades do país, e que coloca uma dependência excessiva numa indústria cujos fatores de atratividade e desenvolvimento não dependem apenas de nós próprios.

Em concelhos mais pequenos e periféricos, como é o caso do município de Caminha, essa aposta é ainda mais arriscada: acentua a sazonalidade, colocando uma pressão excessiva sobre os recursos disponíveis, promove uma economia caracterizada pela criação de emprego pouco qualificado e com forte atividade, onde o valor do salário médio líquido não acompanha o ritmo e a tendência de crescimento.

É nesse sentido, que nesta primeira intervenção na Assembleia Municipal de Caminha, gostaria de focar a necessidade cada vez mais urgente da criação de uma estratégia de criação de emprego qualificado e de captação de investimento externo, que contribua para o desenvolvimento de uma economia mais diversificada e para a fixação de população jovem.

Para o efeito, seria interessante a constituição de uma agência ou conselho de dinamização económica assente em cinco pilares: forte aposta no turismo de negócios, acolhimento empresarial e industrial, requalificação profissional, ligação às instituições de ensino superior e estímulo ao empreendedorismo.

Na primeira vertente, é essencial o trabalho realizado ao nível da realização de iniciativas de lazer e captação de eventos de grande dimensão para Caminha, mas é necessário que se faça em várias alturas do ano civil com vista ao esbatimento da sazonalidade verificada na época balnear, a facilitação e

Handwritten signatures in blue ink.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

atração de novas unidades turísticas e comerciais, a conceção de novos roteiros e guias turísticos. (Os que existem atualmente nos postos de turismo já estão ultrapassados em termos informativos)

Na segunda vertente, e tal como constava do Manifesto Eleitoral do Partido Social Democrata nas últimas eleições autárquicas, é fundamental a construção de novas áreas de acolhimento empresarial, nomeadamente em zonas do interior do concelho, como junto ao nó da A28, na zona de Argela, Vilar de Mouros e Dem, acompanhada por políticas de discriminação positiva e desburocratização de processos que contribuam para a fixação de empresas de base tecnológica e para a atração de população jovem qualificada.

Na terceira vertente, assume-se que o estabelecimento de parcerias com entidades como o Instituto de Emprego e Formação Profissional são extremamente relevantes no reforço da empregabilidade no concelho, adaptando a oferta formativa ao perfil de procura das entidades empresariais em expansão ou instalação no município, na valorização do capital humano como fator de criação de riqueza e de valor acrescentado.

Na quarta vertente, deve ser potenciada a relação com as instituições de ensino superior, consubstanciada numa maior colaboração com os centros de investigação e na criação de institutos multidisciplinares com vista à valorização e preservação dos recursos naturais, desenvolvimento de novos métodos de produção de energias limpas, entre outras áreas a identificar em conjunto.

Por fim, é necessário dar um novo enfoque à criação de uma cultura empreendedora, concretizando-a na definição de espaços para pré-incubação e incubação, com vista à implementação de novos projetos no mercado. É fundamental que esses espaços se assumam como um local de criação e o desenvolvimento de novas ideias de negócio, e simultaneamente, de organização e promoção de atividades relacionadas com as temáticas do empreendedorismo e da inovação, como workshops, conferências, seminários ou cursos breves. O executivo social democrata, quando exerceu funções,



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

estabeleceu essas mesmas parcerias com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo e criou a TecCaminha - incubadora de empresas com vista à criação, apoio e acompanhamento de empreendedores. No último mandato, tanto a ideia como o espaço, foram abandonados. Gostaria de propor que voltassem a agarrar a ideia e a potencializassem.

Espero que Caminha se assuma como uma referência, apostando na subsidiariedade, na valorização e na responsabilização dos seus jovens. Porque acredito que tal atitude terá um impacto muito positivo na identificação dos mesmos com o seu concelho e na vontade de continuarem ligados ao nosso território e ao seu desenvolvimento.

Acredito que é com base nestas duas ideias - criação de emprego qualificado e capacitação dos jovens - que o concelho de Caminha pode inverter a tendência de perda de população e assegurar um desenvolvimento mais sustentável.

Muito obrigado a todos.”

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Após a leitura da informação entregue pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha a todos os Deputados Municipais é importante tecer algumas considerações relativamente à empreitada de requalificação do Nó da Erva Verde em Vila Praia de Âncora, como apelo para a resolução de algumas questões problemáticas que dita requalificação acarretou para o quotidiano dos moradores e cidadãos que necessitam de se deslocar até à referida zona.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, antes de mais permita que lhe diga que esta 22 fase da obra era de extrema necessidade e, portanto, fiquei contente com o avanço da empreitada. Esta requalificação deu uma nova imagem aquela zona, a qual era desejada pelos moradores de toda a zona envolvente que ansiosamente esperavam ver resolvidos alguns problemas de



Handwritten blue ink marks, including a stylized signature and the number '7'.

Assembleia Municipal de Caminha

infraestruturas e o melhoramento do pavimento da Rua Lourenço da Rocha. Senhor Presidente, os moradores e os cidadãos não contavam era com os constrangimentos que esta requalificação acarretou para o seu dia-a-dia com a abolição de parte da Rua Lourenço da Rocha, sinal disso foi o abaixo-assinado entregue na Câmara Municipal de Caminha com um pedido de reunião para tentar resolver tais problemas. Lamentavelmente, esse pedido não obteve qualquer tipo de resposta nos prazos legais, nem após os mesmos, situação que nos deve de entristecer e envergonhar a todos nós que representamos a população do Concelho de Caminha.

Senhor Presidente, após contínua observação e auscultação de moradores e cidadãos que circulam em toda a zona envolvente ao Nó da Erva Verde é necessário informa-lo que a discordância em relação às opções tomadas no que respeita às orientações de trânsito se mantém intactas, isto porque, o abolimento da circulação automóvel da Rua Lourenço da Rocha em direção à Rua Miguel Bombarda (situação que ocorria antes da requalificação) e consequente desvio para a Rua António Ramos (opção mais utilizada por ser a que menos metros obriga a percorrer), implica transtornos diários, riscos de segurança e perigos para a saúde dos nossos concidadãos em caso de emergência médica. É fácil perceber o descontentamento dos moradores, pois são obrigados agora a percorrer centenas de metros para seguirem marcha em direção a Viana do Castelo, existem moradores que mesmo tendo a porta de suas garagens a escassos 5 a 10 metros da Rua Miguel Bombarda são todos os dias obrigados a utilizar a Rua António Ramos para se deslocarem em direção à capital de distrito.

Como referi anteriormente, não são apenas os transtornos diários que preocupam os seus concidadãos, os riscos para a segurança e os perigos para a saúde merecem uma reflexão do executivo na tentativa de os resolver e/ou minimizar. A Rua António Ramos é uma via antiga, já com alguma degradação, que não possui passeios nem tão pouco iluminação adequada em toda a sua extensão e é uma via muito utilizada por peões na sua grande maioria idosos e



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'F. Fernandes'.

Assembleia Municipal de Caminha

crianças. Toda esta conjuntura associada ao aumento do volume da circulação automóvel aumenta o risco da ocorrência de sinistros, tendo já ocorrido alguns sustos nos últimos tempos. Para terminar gostaria de convidar todos os presentes a realizarem comigo um exercício mental para que percebamos os perigos para a saúde. Imaginemos uma situação de emergência médica junto ao novo portão de acesso à Ludoteca, antigamente tanto ambulância como VMER poderiam descer pela Rua Lourenço da Rocha até à Rua Miguel Bombarda estando em menos de 20 segundos na EN13 em direção ao ULSAM em Viana do Castelo, mas com a nova configuração da circulação automóvel, estes veículos são obrigados a deslocarem-se pela Rua António Ramos (volto a referir o percurso mais curto), estando sujeitos veículos estacionados em segunda fila e à paragem de veículos de cargas e descargas que impedem a rápida e eficaz circulação dos veículos de emergência médica em direção ao hospital de distrito colocando assim em risco a saúde das pessoas.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha a resolução ou minimização destes problemas é importante para aumentar a qualidade de vida dos seus concidadãos, e essa deve ser uma das principais premissas pelas quais qualquer autarquia se deve reger.

Disse.”

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“O nosso país e em particular o concelho de Caminha, tem sentido nos últimos anos o progresso e uma melhoria na situação social e económica.

A alavancar esta evolução têm estado as autarquias locais, município e juntas de freguesia, e os empresários, que através do seu dinamismo e das suas opções, têm apostado no setor do Turismo.



Assembleia Municipal de Caminha

Durante muitos anos ouvimos dizer que devíamos apostar no turismo, na praia, na montanha, no rio e no mar, e agora essa opção política existe e continua a crescer.

Este fenómeno social, económico e cultural é o que mais tem crescido, muito sustentado na riqueza natural e de paisagem.

Este setor consolida-se cada vez mais como a atividade mais pujante do nosso país e, particularmente no concelho de Caminha.

O último relatório, de dezembro, do Instituto Nacional de Estatística é transparente sobre este assunto:

- Tivemos perto de 40 mil hóspedes no concelho. Um crescimento de 65% em quatro anos.
- Tivemos perto de 75 mil dormidas. Um aumento de 57% em quatro anos.

Não é apenas o efeito sazonal. Os números indicam que aumentou em todos os meses do ano.

O turismo não é apenas uma moda. Viajar tornou-se o novo normal, uma opção da população economicamente ativa e bem informada. E esta realidade consolida-se e cresce cada vez mais.

São os grandes eventos e promoção externa que têm estimulado este setor. Mas também os efeitos de iniciativas que atravessam várias fronteiras, como os Caminhos de Santiago que só em 2017 cresceu 46%, com uma maioria de estrangeiros, alemães, espanhóis, franceses, italianos, ingleses e americanos. Foram 45 nacionalidades que passaram no concelho e levam a nossa hospitalidade, as nossas paisagens e gastronomia além-fronteiras, para muitos voltarem a visitar o concelho. Em 2017 investiu-se 230 mil euros no reforço da sinalização e divulgação. Aposto-se no ferryboat de Caminha como o percurso chave desta rota turística, única nos Caminhos de Santiago.

E beneficiamos destas apostas. Por exemplo,

Os proveitos na hotelaria no concelho de Caminha subiram de 1 milhão e trezentos mil euros, para 2 milhões e 700 mil euros nos últimos quatro anos. Mais do que duplicaram. Um aumento de 106%.



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Caminha cresce acima do nível nacional, acima da região norte e acima do distrito. É o ponta de lança numa aposta do setor do turismo.

O último relatório do Instituto Nacional de Estatística sobre a Região Norte revela mais boas notícias sobre o concelho de Caminha no distrito:

- coloca-o com a segunda melhor taxa de crescimento efetivo
- Quarta melhor taxa de crescimento natural e
- Segunda melhor taxa de crescimento migratório.

Quer isto dizer que as opções que têm sido tomadas têm dado frutos, conseguindo manter o número de habitantes.

A importância do investimento no Turismo para a economia local está associada à atração de mais visitantes e ao conseqüente aumento do consumo, de bens e serviços.

- Caminha é o segundo concelho do distrito com maior densidade de empresas (relação entre o número de empresas por Km²)

As grandes empresas, com centenas de trabalhadores, não estão neste concelho, mas sabemos que mais de 99% das empresas em Portugal são PME, pequenas e médias empresas, e que estas têm maior sustentabilidade ambiental e que sobrevivem melhor a qualquer crise económica. Essa deve ser a aposta, para não ficarmos reféns das deslocalizações das multinacionais.

Empresas “que deitam muito fumo e cheiram muito mal”, como já aqui foi dito, não são sempre a melhor opção. E neste concelho não são mesmo opção, pois sabemos que a oportunidade foi perdida há vários anos. Agora é preciso manter, crescer e captar empresas diferenciadoras e de valor acrescentado.

A aposta no turismo é evidente quando vemos o rendimento dos particulares aumentar.

- Nos contratos de compra e venda, Caminha está em 3º lugar no distrito no número de euros movimentados na venda de imóveis.
- Em 3º na compra e venda de prédios urbanos.
- E na compra e venda de propriedade horizontal, em apartamento vendidos, estamos em segundo em todo o distrito.



Handwritten blue ink marks, including a stylized signature and the number '7'.

Assembleia Municipal de Caminha

E coloca-se a questão:

É o turismo responsável por este progresso? Não há dúvida que é.

O efeito multiplicador agrega diversas áreas no desenvolvimento: a hotelaria, a restauração, as lojas e comércio.

Estamos no bom caminho, mas queremos mais.

A autarquia tem feito o trabalho de projetar Caminha a nível nacional e internacional. Tem investido nos grandes eventos. Estreitado relações com os concelhos vizinhos, portugueses e espanhóis, atraído interesse no investimento, programado e planeado, mas eu acho que deve fazer uma aposta forte no Turismo de Inverno. E dou como exemplo:

- Eventos ligados à música clássica
- À reedição de uma Feira do Livro, ligada à tecnologia
- Ao aproveitamento dos nossos espaços emblemáticos, com o devido aquecimento, como há em qualquer cidade do norte da Europa.

E devemos enfatizar os nossos valores naturais, tal como a nossa Serra d'Arga.

E os empresários têm de perceber que o cliente mudou e as empresas prestadoras de serviços, cada vez mais, devem atender as necessidades de um consumidor exigente, bem informado e seguro das suas opções de consumo. As empresas do setor têm que atender as expectativas desse novo cliente, para se manterem competitivas num mercado altamente dinâmico, exigente e competitivo.

Tenho dito.”

A **Senhora Deputada Marina Gonçalves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e deu início à sua intervenção;

“O território do concelho de Caminha, à semelhança do que acontece com a globalidade do território nacional, é composto por uma extensa área florestal



Assembleia Municipal de Caminha

que, embora represente uma mais-valia sob vários pontos de vista (económico, social e cultural), está associada, quando desvalorizada, a riscos de escala incomensurável.

Os trágicos acontecimentos do ano de 2017 vieram evidenciar esta realidade e colocar na agenda a urgência de uma reforma nacional da floresta, acelerando a ação de vários agentes com responsabilidades políticas na definição de medidas de prevenção, combate e capacitação institucional em torno da floresta.

O debate, que deve ser louvado e acompanhado por todos, tornou o Estado um agente ativo na defesa da floresta, mas evidenciou as fragilidades do nosso atual sistema e a necessidade de rapidamente encontrarmos respostas que impeçam a existência de situações semelhantes às do verão e outono de 2017. Essa evidência é, no entanto, refreada quando nos referimos ao nosso concelho, onde os agentes políticos locais agiram, não por reação, mas por uma efetiva ação, antecipando a "reforma" do nosso espaço florestal com a aprovação, em 2016, do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2016-2020.

Foi aliás um primeiro passo que deveria ter sido tomado em 2012, aquando do término do anterior Plano Municipal, mas que acabou por ser priorizado e trabalhado já depois de assumidas funções pelo executivo do Partido Socialista.

À aprovação do Plano, seguiu-se a aprovação de dois outros documentos estratégicos para a defesa da floresta:

- O novo PDM que, em contracorrente com interesses especulativos, teve em consideração as características do nosso território, impedindo a construção em zonas florestais e contribuindo para a prevenção com um melhor ordenamento do território;
- O Plano Municipal de Fogo Controlado que permite avançar com fogos controlados de forma a limitar futuros incêndios.

Handwritten signature in blue ink, possibly reading '7' and 'E'.



Assembleia Municipal de Caminha

Mas os eixos de ação do município vão mais além, sendo fulcral para o sucesso desta aposta na valorização da nossa floresta o reforço de ações ao nível da prevenção e do combate a incêndios.

O município tem realizado um conjunto de investimentos que, ainda antes do período crítico do ano, apostam na prevenção:

- Fomento do voluntariado nos Corpos dos Bombeiros;
- Reforço das comunicações no concelho, nomeadamente com a conclusão da rede móvel e o investimento de cerca de 65.000€ na colocação de antenas de telemóvel na serra D'Arga
- Criação de uma nova equipa de sapadores, composta por cinco elementos e responsável pela silvicultura preventiva, ações de gestão florestal, primeira intervenção em incêndios, apoio a rescaldo e vigilância pós-incêndio, num cofinanciamento de cerca de 80.000€ pelo Fundo Florestal Permanente, juntando-se à já existente Equipa Municipal de Proteção Florestal, composta por quatro elementos, e que foi criada no âmbito de uma candidatura efetuada pelo Município ao Programa Social para as Florestas do IEFP;
- Execução de ações de fogo controlado, já concretizadas em três freguesias e com candidaturas pendentes a fundos comunitários
- Promoção do cadastro simplificado, já que o nosso concelho é um dos 10 municípios do projeto-piloto em execução pelo Governo para mapear a nossa área agrícola e florestal, promovendo um serviço móvel que vai ao encontro dos cidadãos e facilitando a tarefa de sensibilização e georreferenciação
- Execução do investimento de 500.000€ decorrentes de candidatura a fundos comunitários na Rede Primária e Secundária de Faixas de Proteção, promovendo a criação de zonas de descontinuidade, sem floresta e sem combustível numa área de 315,52 hectares.
- Investimento de mais de 76.000€ na beneficiação da rede viária florestal.

A isto junta-se a capacitação das equipas de combate a incêndios, com a formalização no passado dia 17 de fevereiro de dois protocolos visando a formação de duas equipas com cinco elementos cada de bombeiros



Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A', a '7', and a 'L'.

Assembleia Municipal de Caminha

profissionais, de intervenção permanente e enquadradas nas associações de bombeiros de Vila Praia de Âncora e de Caminha.

Este é um trabalho que não pode deixar de ser distinguido nesta Assembleia Municipal, como aliás aconteceu com o Governo de Portugal que, colocando Caminha como um exemplo de boas práticas, realizou uma visita de dimensão sem paralelo ao nosso concelho no passado fim-de-semana, distinguindo, nas palavras do Ministro da Administração interna e do Primeiro-Ministro, a ação meritória do executivo municipal.

Cabe-nos agora dar continuidade a este trabalho, unindo esforços para que cada interveniente no sucesso deste plano assuma a respetiva responsabilidade num espírito de solidariedade que nos é característico.

E é por isso que nesta inevitável repartição de responsabilidade para limpar uma área de 2.673,29 hectares, limpeza da qual apenas 25% decorre da direta responsabilidade da Câmara Municipal, saudamos ainda o município por ir para o terreno, indo ao encontro das entidades competentes e das populações e promovendo, juntamente com a GNR, sessões informativas e de esclarecimento descentralizadas.

Sabemos que nenhum munícipe verá a sua situação económica e financeira fragilizada pela responsabilidade lhe foi atribuída na limpeza da floresta, como aliás ficou patente nas palavras do Sr. Presidente da Câmara aquando da formalização dos protocolos já referidos.

Termino, felicitando, em nome da bancada do Partido Socialista, o executivo pela prioridade que foi dada à proteção da nossa floresta e, por isso mesmo, à proteção das nossas gentes e do nosso património. Um município que se une na defesa de um património histórico como o nosso e que tem no seu executivo um elemento-chave de ação, será sempre um município-exemplo.”

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'A. Costa'.

Assembleia Municipal de Caminha

“Cumpre-nos saudar, como primeira nota nesta nossa intervenção, as forças sindicais, quer do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, quer do SINTAP – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com fins Públicos, bem o executivo camarário pelo acordo coletivo alcançado que põe termo a um longo período de reivindicação dos trabalhadores da autarquia e que abre novas perspectivas de respeito pela função pública, fortemente atacada pelos governos PSD/CDS-PP. Com novos horizontes, e num quadro nacional distinto, são assim materializadas compensações pelo trabalho, regimes de férias, dispensas e outras matérias que não constituem um benefício, mas antes o reconhecimento da função específica destes trabalhadores. O facto de a autarquia assumir que já ia cumprindo algumas das matérias agora acordadas, não diminui a conquista dos trabalhadores, pois a verdade é que a força do acordo garante outra estabilidade, pelo menos nos próximos dois anos, sem arbitrariedades e dando assim mais valor à ação coletiva dos trabalhadores. Caminha finalmente associa-se a outros municípios do Alto Minho depois de Monção ter iniciado este processo. E essa é a única pena que sentimos, pois gostaríamos que Caminha tivesse sido pioneira, dando exemplo às demais Câmaras Municipais. É por isso caso para dizer que só é pena não se ter alcançado este acordo mais cedo.

É na antecipação de problemas maiores que também o município de Caminha se tem envolvido no cadastro e limpeza florestal, merecendo mesmo a visita do Sr. Primeiro Ministro, Dr. António Costa. Mas como o mesmo referiu, na verdade o que está a acontecer em Caminha é o cumprimento da Lei. Ora a CDU entende que há muitas outras ações que se traduzem em prevenção e que o cadastro e mobilização de proprietários para a limpeza não alcançam. A recuperação de caminhos de monte que durante anos se negligenciaram e que em muitas escrituras são designados por caminhos públicos; A manutenção de faixas limpas anexas às linhas dos caminhos-de-ferro; A rentabilização de toda



Handwritten blue ink marks, including a circled 'X' and a signature-like scribble.

Assembleia Municipal de Caminha

a área de Baldios das diversas freguesias do concelho; a limpeza das áreas adjacentes às vias rápidas, vias nacionais e vias municipais; A reposição das ligações dos caminhos de monte que foram seccionadas com a construção das vias rápidas; A definição de faixas de quebra e combate a incêndio em certas áreas sensíveis; A promoção da plantação de árvores autóctones resistentes a fogos; A limpeza das linhas de água, muitas das quais, fruto do abandono, perderam a sua função ecológica e preventiva da proliferação de fogos. Ora, é pelo exemplo do município, numa ação que o torne num modelo a seguir, capaz de unir as freguesias, que se poderá de facto ser diferente, principalmente num tempo em que o país já não dispõe Couteiros, Guarda Rios e Guardas Florestais, apesar das exigências da CDU quanto a estes últimos.

Completa ainda o modelo preventivo, a formação e informação que mobilize e dote de competências a população, parte dela desligada da floresta. É que longe vai o tempo em que todos sabiam que dependiam, em parte, dos montes, por isso o seu estado era outro, e às sirenes e sinos a rebate, toda a população se mobilizava, sabendo o que fazer.

Mas a questão florestal liga-se também ao PDM, mais até porque há um ano a aprovação deste documento privilegiou a manutenção da área florestal. E em aniversário deste novo Plano Diretor Municipal, importa questionar o executivo se foi ou está prevista alguma correção ao documento; questionamos igualmente se, tal como o PDM prevê, houve ou há algum procedimento que vise a construção de equipamentos turísticos em espaço florestal e em áreas REN; Incluímos ainda no conjunto de questões relativas ao PDM, em que estado estão a elaboração dos planos de pormenor, particularmente em relação a UOPG's que suscitaram maiores preocupações, como na freguesia de Âncora.

Finalmente queremos ainda solicitar alguns esclarecimentos ao executivo camarário relativamente ao Conselho Municipal de Educação e ao Concelho Municipal de Juventude. O primeiro, porque nos parece haver atraso na sua constituição funcionamento, salvo outro entendimento, não tendo esta



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

Assembleia aprovado qualquer proposta camarária no presente mandato. O segundo porque desconhecemos o ponto de situação em que se encontra a sua constituição, recordando apenas que a 20/04/2015, o Senhor Vereador Rui Lages, na altura membro da Assembleia Municipal, disse, e passo a citar, “sinto-me na incumbência de lançar aqui a primeira pedra por forma a criar o Conselho Municipal de Juventude de Caminha, prontificando-me desde já, a colaborar nos trabalhos preparatórios e a pertencer a uma putativa comissão que dê origem à formalização do Conselho Municipal de Juventude.” Dizendo dois meses mais tarde, a 04/06/2015, também nesta Assembleia que, e volto a citar, “está em vias de ser implementado o Conselho Municipal de Juventude”. Daí para tem sido várias as referências a esta criação, mas até à data nada chegou a esta assembleia.

Disse.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e disse que foram ali bastantes intervenções interessantes e com temas muito ricos que contribuem para o debate, e relativamente a algumas delas vai dar o seu contributo ou complementar algumas matérias.

Quanto à questão colocada pela Senhor Deputado Ricardo Cunha, relativamente à obra do Nó da Erva Verde, disse o Senhor Presidente que essa obra teve um conjunto de moradores que o contestaram numa primeira linha, reuniram varias vezes com o Senhor Vice-Presidente e até mesmo com ele, houve varias reuniões no local com o responsável pela obra e daí as posições foram ao encontro uma das outras, contudo, a obra não foi concluída como foi planeada, assim como do ponto de vista da população não foi obtido tudo aquilo que foi mencionado pela mesma, mas, é pela primeira vez que o Senhor Presidente ouve uma nota de insatisfação, porque esta obra foi um investimento importante não só na sua superfície, mas também naquilo que diz



Assembleia Municipal de Caminha

respeito ao subterrâneo, uma obra que decorreu em período eleitoral, até pôde ter castigado o próprio executivo, mas, não teve medo de avançar para a obra pelo facto de a considerar importante, porque era necessário fazê-la mesmo não sendo do ponto de vista dos votos, contudo, avançou e fez-se a obra e tem sido elogiada por todos os quadrantes, desde moradores, ao Senhor Presidente de Junta de Vila Praia de Âncora que é insuspeito de ser um grande apoiante da Câmara Municipal, elogiando fortemente a obra, e, desse ponto de vista tem-se ali uma obra que honra Vila Praia de Âncora e o Concelho de Caminha. Quanto ao perigo que suscita a saída de uma ambulância, na verdade, aquilo que pode acontecer é que numa situação de emergência uma ambulância pode sair por onde entender desde que sinalize essa saída, mas, não é essa a questão fundamental, a questão fundamental é o perigo que existia antes, onde na mesma faixa de rodagem dois sentidos conviviam alegremente sem que houvesse sinalização para evitar qualquer tipo de choque, essa era uma situação que tinha que ser corrigida, a qual causava bastantes transtornos para os automobilistas e aquilo que o executivo fez foi corrigir esses problemas. Quanto à necessidade de sair rapidamente para Viana do Castelo disse o Senhor Presidente desse ponto de vista a obra até o facilita, porque para sair rapidamente para Viana do Castelo é melhor ir pela A28 e tem aí uma saída direta, logo, esta obra veio facilitar essa saída.

Quanto à questão levantada pelo Senhor Deputado Carlos Videira, o qual cumprimenta e ao qual já se conhecem a algum tempo, inclusive tem acompanhado a sua vida académica e política. Contudo, refere o Senhor Presidente que concorda com muitas das matérias que ele ali levou, e disse que a aposta no turismo e na economia deve ser feita através de alavancas essenciais como a qualificação do próprio emprego, e com a capacidade de dinamização da economia em diferentes vetores, com a capacidade de se fazer um trabalho sustentado que pode ser através de uma agencia de dinamização economia como a que propôs, mas, no contexto do Concelho talvez através de uma dinâmica criada pela Câmara Municipal, em conjunto com outras



Assembleia Municipal de Caminha

instituições, e por isso, concorda o Senhor Presidente com aquilo que o Senhor Deputado foi ali afirmar, na necessidade da captação grandes eventos e de tentar colmatar a sazonalidade e nesse sentido o executivo tem combatido e defendido isso ao longo dos tempos, e sem muita compreensão pela bancada que representa. Relembra ainda o Senhor Presidente que um grande evento como é o Rally de Portugal que vem ao nosso Concelho em maio numa época ainda considerada baixa, tem sido muito contestado pela sua bancada, logo, gostava que o Senhor Deputado ali estivesse mais vezes para o poder ajudar a convence-los dos benefícios desta política. Disse ainda o Senhor Presidente que concordando com a dependência que existe da economia Nacional e da economia do Concelho, quanto ao Turismo, que é um perigo se depender de fatores externos, mas, não a poderia deixar de fora. Contudo, e ainda na área da economia se ela for sozinha ou isolada, como uma aposta na área dos combustíveis, em uma área de transações que implique moeda, ao se falar em países de exportação fora do contexto da União Europeia, tudo isso isoladamente é demasiado frágil, e não se está dependente de uma única indústria, o qual concorda, mas, no caso do turismo e no contexto do Concelho de Caminha, refere o Senhor Presidente que do ponto de vista da gestão económica que o executivo teve que fazer e que vai continuar a fazer, havia a necessidade de no pós 2013 quando ganharam as eleições, agir rapidamente sobre um Concelho que tinha naquele momento uma taxa de desemprego enormíssima, havia mais de mil desempregados no Concelho de Caminha, ou seja, havia a necessidade de se dinamizar a economia, os números do turismo estavam a descer, e havia a necessidade de se injetar animação económica no Concelho, e o turismo foi a porta que se encontrou para rapidamente mobilizar a sociedade, para se criar emprego, e os resultados estão a dar razão a este tipo de pensamento, e para se ter uma ideia disso, os proveitos no Concelho de Caminha durante estes quatro anos subiram 106%, só no numero de hospedes subiu 66%, como referiu o Senhor Deputado Filipe Fernandes e mesmo na sazonalidade que é um problema do turismo, não é de outro tipo de industrias,



Assembleia Municipal de Caminha

mesmo nessa altura no Concelho de Caminha em 2013, 59% dos turistas que cá vinham, vinham no período de julho, Agosto e Setembro, e em 2016 com os últimos números conhecidos 51% vem nesse mesmo período o que quer dizer que metade desses turistas vêm noutra período, porém, com isto não está a falar das fragilidades, está a falar da necessidade de se encontrar soluções para estas fragilidades, tem-se trabalhado com as escolas, nomeadamente a escola profissional do Concelho, que qualifica na área do turismo e também se tem uma questão fundamental, que se trata das zonas industriais, porque, para no nosso Concelho se colocar outro tipo de empresas, necessita-se de espaço, e, aquilo que tem referido o Senhor Presidente e volta a reiterar é, que para haver esses espaços tem que se ter essas zonas industriais, porque, existe a Área Empresarial da Gelfa, que tem todos os lotes vendidos apesar de em alguns deles não ter lá nada edificado, com a exceção de um lote que está á espera de uma decisão judicial, existe a necessidade de se criar outros espaços para outras empresas, mas, a verdade é que para criar esses espaços existe a necessidade de se comprar terrenos e criar as infraestruturas, e, nestes quatro anos isso não foi possível. Disse ainda ao Senhor Deputado que não teve a oportunidade de estar ali num debate de contas, porém, refere o Senhor Presidente que as contas da Câmara Municipal são sempre muito difíceis, não tem capacidade para se poder fazer esse tipo de investimento, e para que fique com uma ideia, para se fazer essa infraestruturacão numa zona que permite esse tipo de construção como é no caso da zona de Argela, Vilar e Mouros, apenas 2 a 3% daqueles terrenos é que são municipais, todos os outros tinham que ser adquiridos a particulares e isso não é possível, houve um momento de se poder adquirir esses terrenos através dos fundos comunitários, mas, quando isso aconteceu este executivo não estava no poder para agir sobre isso, como outros que estavam no poder e não o fizeram, e neste momento o executivo está um pouco toldado para poder fazer esse tipo de trabalho.



Assembleia Municipal de Caminha

Quanto ao TecCaminha disse o Senhor Presidente que não deixou de existir, apenas está do mesmo modo em que os investidores o compraram, a Câmara Municipal não tem nada sobre aquele espaço, o executivo já fez ver aos investidores que se torna necessário ocupar e transformar aquele espaço, logo, o TecCaminha não existe para além de uma placa de sinalização que foi colocada junto às Finanças num mandato anterior. Para finalizar o Senhor Presidente dá testemunho da boa intervenção que ali fez o Senhor Deputado Cardos Videira, a qual valoriza o debate.

Relativamente a questões que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro ali levantou, disse o Senhor Presidente, quanto ao acordo coletivo de trabalho, esse é um momento importante no contexto da Câmara Municipal de Caminha, onde agradece as palavras que ali disse sobre o Município nessa matéria. Disse ainda o Senhor Presidente que o executivo tem o gosto de acompanhar o conjunto de reivindicações que vem dos trabalhadores, algumas delas justas que não conseguiram aceder por força de outras circunstâncias, existindo outras que do ponto de vista do executivo da Câmara Municipal que lhes pareceram excessivas ou desadequadas, contudo, chegou-se a um encontro de ideias e daí surgiram os acordos, mas, não deixa de recordar o Senhor Deputado que a Câmara Municipal assinou com um sindicato ainda no mandato anterior, com o STAL um acordo coletivo de trabalho quando este sindicato tinha uma enorme maioria de trabalhadores afetos a essa estrutura ligada a CGTP, mas, aquilo que aconteceu foi que nos últimos dois anos das eleições houve um fluxo de associativismo ao sindicato afeto à UGT, SINTAP, o qual ganhou uma preponderância que antes não a tinha pelo número de associados, e aquilo que o executivo fez foi uniformizar e ter os dois sindicatos lado a lado neste acordo coletivo.

Relativamente ao PDM, quanto à revisão que aconteceu há um ano atrás e existindo agora esta nova visão quanto à floresta no Concelho e no País, se está previsto alguma revisão sobre essa matéria, disse o Senhor Presidente que essa matéria está sempre prevista, porque, o PDM neste novo modelo está



Handwritten notes in blue ink, including a signature and the number '7'.

Assembleia Municipal de Caminha

em constante observação por parte do executivo e dos agentes, contudo, aos três anos de vigência deste PDM, haverá uma nova avaliação sobre um conjunto de situações e de soluções, onde essa também poderá ser ponderada, contudo, não lhe parece que este seja o momento para fazer essa ponderação, mas, dentro de dois anos essa ponderação poderá vir a ser feita de modo a se avaliar os efeitos sobre um conjunto de situações, nomeadamente os incêndios, que acabou por afetar esse tema.

Quanto a empreendimentos e projetos turísticos previstos para área REN e área florestal, disse o Senhor Presidente que existem projetos que deram entrada na Câmara Municipal e estão em avaliação e de acordo com esses projetos existe implementação em área REN e área florestal, mas, neste momento não existe nada aprovado de índole turística para essas áreas.

Quanto ao Conselho Municipal de Educação, disse o Senhor Presidente que pretende o executivo já na próxima reunião de Câmara através da Senhora Vereadora apresentar a lista nominal que cabe à Câmara Municipal aprovar.

Relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, disse o Senhor Presidente que já foi aprovada em reunião de Câmara a proposta que já tinha sido lançada, e está em discussão pública antes de ser levada a Assembleia Municipal, e o Senhor Vereador também se disponibilizou para poder estar presente nesse debate com a Câmara Municipal.

Quanto aos Planos de Pormenor, disse o Senhor Presidente que esse foi o trabalho mais minucioso do PDM, e também foi aquele que suscitou mais questões em algumas freguesias, contudo, este é um trabalho lento, mas, o executivo estabeleceu algumas urgências, e existem dois trabalhos de pormenor que estão quase a sair para debate público, e até mesmo num deles como no da areia, já tem havido algum debate com a Junta de Freguesia e com alguns interessados, pelo que, está quase em condições de ser colocado em discussão pública de modo a todos poderem dar o seu contributo. O outro, refere o Senhor Presidente que é o Plano de Pormenor das Camboas que está praticamente finalizado e estará em breve em discussão pública necessária



Assembleia Municipal de Caminha

para se poder aprovar o qual é fundamental e importante para economia do Concelho, em particular no caso de Vila Praia de Âncora.

E ainda em relação às florestas que marcou ali muitas intervenções, disse o Senhor Presidente que agradece a todos aqueles que os ajudaram a tornar evidente o bom trabalho que muito têm feito no Município de Caminha e quando se refere a muitos é à Câmara, às Juntas de Freguesia, aos Conselhos Diretivos dos Baldios, todas as instituições que estão ligadas aos grupos de Sapadores ou Bombeiros, aos particulares que também têm feito bem o seu trabalho, às empresas concessionárias ou responsáveis por determinados tipos de limpeza, ou seja, tem sido um trabalho bem realizado, e o executivo está a tentar cumprir com aquilo que lhe cabe, como se verificou nas intervenções que ali foram muito claras sobre essa matéria, como por exemplo a intervenção da Senhor Deputada Marina Gonçalves que foi muito rápida e exaustiva a explicar o enquadramento de um projeto e de uma política de planeamento de prevenção e de combate, e a boa notícia destes dias para além da visita do Senhor Primeiro Ministro e Senhores Secretários de Estado, foi o facto de se trazer para o Concelho de Caminha duas equipas de intervenção permanente, duas equipas sediadas nas duas corporações de bombeiros que vão estar a trabalhar 365 dias por ano e 24 horas por dia. Disse ainda o Senhor Presidente que se estando a fazer o trabalho em conjunto, existe uma responsabilidade que não acaba, e por muito bom trabalho que se realize, os incêndios vão continuar a acontecer, isto em todos os Concelhos, o que é inevitável, mas, deve-se fazer a pergunta enquanto políticos e cidadãos, se se faz tudo que é necessário para se poder diminuir os riscos, e para se poder de facto cumprir com a nossa obrigação, e não só para com as nossas casas, ruas ou vias municipais, não é só nessa matéria, porque, aquilo a que se assistiu em Riba de Âncora há dois anos atrás, foi que alguém cumpria, como o Conselho Diretivo de Baldios, fazia uma gestão exemplar do espaço de baldio e por causa da incúria de muitos à volta desse baldio, não houve a capacidade para travar um incendio, que vindo da zona de incúria varreu todos baldios que até



Assembleia Municipal de Caminha

se estavam a portar bem, e por isso, refere o Senhor Presidente que todos fazem a sua parte, ou de facto existem muitas probabilidades de as coisas correrem mal neste e nos próximos Verões, contudo, refere ainda que este ano voltarão ao monte porque existirão incêndios, mas aquilo que se pretende é que, através deste trabalho em conjunto se possa estar preparado para combater esses incêndios, mais rápido e de forma mais célere e eficaz, contudo, esta visita ao Concelho de Caminha foi importante, foi uma visita sem par que se conheça pelo menos nas ultimas décadas, trata-se de uma visita que sublinha o bom trabalho que o conjunto da comunidade tem vindo a executar, e, sobretudo a responsabilidade que se tem, coloca Caminha como um exemplo para o País, o que é positivo, porque nos coloca na imprensa, nas paginas dos jornais, televisão como um bom exemplo e isso nem sempre aconteceu nos últimos anos no contexto do País, mas, também responsabiliza o executivo, e este não deve ter medo dessa responsabilidade, logo, vai-se dar o melhor para se poder colmatar as deficiências que existem, para se poder fazer a limpeza da floresta e se poder convencer todos a participarem nesta limpeza em prol da comunidade, e esse é um trabalho e um desígnio do executivo para os próximos meses.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, propôs réplica, para a qual houve inscrições.

O **Senhor Secretario da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luis Matias**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e disse que apenas vai complementar as palavras do Senhor Presidente, quanto à obra do Nó da Erva Verde, e na verdade todo o executivo da Junta e Freguesia de Vila Praia de Âncora elogiou a obra, está uma obra agradável, contudo, também sempre defenderam que a postura de



Assembleia Municipal de Caminha

trânsito e a solução encontrada pela Rua Antonio Ramos não será a melhor solução, pelo que, o executivo da Junta em conjunto com os moradores defendem uma rotunda para aquela zona, e irão continuar a lutar por isso.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, referiu que aquilo que ele ali disse na sua intervenção foi em direção Viana do Castelo e não para Viana do Castelo, antes de Viana existem outras localidades para as quais as pessoas se deslocam para trabalhar e outras para regressar a casa, após se terem dirigido por exemplo à Segurança Social, mas, se for só para Viana do Castelo a distancia na EN13 é de 18,5Km, e pela A28 é de 23,6KM, por isso a questão do tempo também não se coloca muito, além disso o facto de se circular na A28 acarreta um aumento de custos para as pessoas, devido às pendentes que aquele troço apresenta e por ultimo as ambulâncias podem sair como quiserem, como o Senhor Presidente referiu se na sua redondeza não existirem veículos, e a Rua Miguel Bombarda não é conhecida por ser uma via deserta.

3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, deu inicio à sua intervenção e disse o seguinte;

“Há cerca de um ano, neste mesmo espaço e a propósito deste mesmo assunto-informação financeira do município — alertamos os Senhores deputados municipais através da minha intervenção, de que a situação financeira do município não era aquela que nos tentaram fazer crer que era.

Um ano depois, segundo notícias na comunicação social nacional, concretamente no JN de 24 de setembro, todos ficamos a saber que aquilo que



Assembleia Municipal de Caminha

nos vendiam como paraíso era afinal um purgatório, para não dizer um inferno, na medida em que ficava provado que o município de Caminha tinha mais dívida em 31.12.2016 do que tinha em 31.12.2013.

A bancada do PSD referiu na Assembleia de apresentação de contas de 2016, o que atrás referimos, mas, os Senhores não acreditaram.

Com estes dados publicados num jornal nacional, extraídos certamente dos portais das entidades que fiscalizam as contas, refere que o Município de Caminha, é a nona a nível nacional que mais aumentou a dívida face a 2013, e refere que foi um aumento de cerca de 1,1 milhões! As informações municipais que nos chegam em cada assembleia, são um sinal claro de que a câmara tem assumido compromissos que depois não consegue pagar, aumentando a dívida.

Façamos esta comparação: em 8 de fevereiro de 2017, com este executivo, os compromissos assumidos e não pagos eram de 5.074.795,93 euros e constam da informação financeira que os Senhores deputados que cá estavam possuem. Em 6 de dezembro de 2017 esses compromissos chegaram ao montante de 8.164.083,68 euros, ou seja, cerca de 3 milhões a mais de despesas.

Todos nós recordamos que em dezembro - depois das eleições, este executivo por força do OE de 2017, teve de apresentar uma proposta de acordo com as empresas municipais de águas, sendo já o segundo, reconhecendo então que deixou de pagar a água no ano de 2016 até 2017, no montante de 5.376.042,79 euros.

Era aqui que estava a explicação para o aumento mensal dos compromissos assumidos e não pagos, que chegam à assembleia para conhecimento, sob a forma de informação financeira, mas sem que naquela informação se dê conhecimento aos Senhores deputados da sua origem, podendo depois atribuir culpas ao passado.

O passado pode servir como desculpa, mas, orçamentos fora das realidades desde o ano de 2014 e possivelmente o de 2017, mostra que a receita não tem



Assembleia Municipal de Caminha

chegado para a despesa. Este executivo vê-se confrontado com contas anuais negativas, de 2014- 1,7 milhões - 2015 -1,4 milhões e cerca de um 1, milhão em 2016.

Dissemos sempre que este executivo escolheu um mau caminho, escolheu reduzir a receita em algumas rubricas, e com isso deixou de receber largas centenas de milhares de euros, todos os anos. Sem essa receita deixou de poder pagar e aumentou a dívida.

Olhando para a informação financeira de fevereiro, podemos verificar a gravidade da situação. Vejamos:

Na informação financeira de 07.12.2017 os encargos são: 8.164.083,68 euros.

Em dezembro, o acordo das águas, reduz à dívida de cp: 5.376.042,79 E devia ficar com este valor 2.798.040,99 euros.

A informação financeira de 09.02.2018...os encargos voltam a subir... 4.804.911,50 euros.

Ou seja, de dezembro para 09.02.2018 aumentou: 2.006.870,51 euros.

Os números e as informações são da vossa responsabilidade.

Limitamo-nos a fazer uma leitura que é a função de um deputado municipal.

Para terminar Senhor Presidente e Senhores Deputados, o orçamento de 2017, poderá ser ainda mais gravoso para as finanças do município de Caminha.

Disse!"

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, deu inicio à sua intervenção e disse o seguinte;

"Num ano que foi decretado como sendo ano de contenção de despesa, apraz verificar que o importante, o essencial para as nossas populações é visto como uma prioridade do executivo.

As obras estruturantes, as obras fundamentais, nuns casos prosseguem, noutros concluem-se, e ainda noutros iniciam-se.

Falo por exemplo da requalificação do Cais dos Pescadores e da Dragagem do Canal em Caminha, um anseio com mais de 40 anos que agora se vai tornar



Assembleia Municipal de Caminha

realidade, falo das empreitadas de rede de saneamento em Vilar de Mouros e saneamento e águas em Argela, uma obra básica e estruturante para estas populações, falo do saneamento em Aspra, Viso, Currais e Igreja- 2ª fase em Âncora e ainda da intervenção na Rua do Calvário também em Âncora, falo da instalação da fibra ótica, já a funcionar em algumas freguesias do nosso concelho; falo do arranjo do Topo Sul do paredão da praia de Moledo uma obra importante, uma aspiração antiga dos moledenses; falo finalmente, na inauguração do Nó da Erva Verde, no passado mês de Dezembro, uma intervenção estruturante de grande envergadura numa zona central de Vila Praia de Âncora num investimento de quase 700 mil euros totalmente assumido pela Câmara. Esta obra que inicialmente pareceu gerar alguma polémica é agora encarada por todos como uma mais valia, um incontestável melhoramento daquela zona.

Este executivo soube aproveitar os programas de cofinanciamento, apresentando candidaturas estruturadas, conseguindo assim para o nosso concelho obras prometidas há anos, mas que nunca se concretizaram, obras fundamentais e ansiadas pelas populações das nossas freguesias que agora sim, se tornam uma realidade.

Assistimos a um trabalho planeado, a um trabalho de continuidade, um trabalho, que não se deixou influenciar por promessas eleitoralistas. Não visualizamos utópicos power points de projetos em vésperas eleitorais, visualizamos sim obra, obra real, obra a iniciar-se, obra a decorrer e obra concluída.

A realidade é apenas uma, e por muito que não agrade a todos, é inegável o investimento realizado e aquele que ainda se vai realizar, ainda que com graves restrições orçamentais. Os olhos não nos enganam, nem enganam quem nos visita, as obras estão aí, e outras irão surgir, todos fruto de um planeamento concertado, de uma visão estratégica realista e de uma preocupação constante em melhorar a vida das populações de todas as freguesias do nosso concelho.



Assembleia Municipal de Caminha

Um bem-haja ao executivo pelo trabalho desenvolvido, pelo caminho seguido, caminho que é o traçado para fazer o que ainda falta fazer!

Disse.”

O **Senhor Deputado João Domingues**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e disse o seguinte;

“Permitam-me que destaque alguns aspetos e momentos marcantes do carnaval do Concelho de Caminha.

Assim, no dia 8 de fevereiro - Os utentes dos Centros de Dia, Lares e Convívio do Concelho de Caminha 'viveram' mais cedo o Carnaval, com uma tarde de quinta-feira de festa. O Centro Social e Paroquial de Moledo acolheu o Baile de Carnaval das IPSS's, que juntou mais de uma centena de figurantes - atividade esta que foi organizada pelo Município de Caminha

No dia 9 de fevereiro, pela manhã, o corso saiu às ruas de Vila Praia de Âncora, com a participação das Escolas e Jardins de Infância do Vale do Âncora.

De tarde foi a vez dos alunos das Escolas e Jardins de Infância do Vale do Coura celebrarem o Carnaval pelas ruas da Vila. Estes desfiles foram organizados pelo Agrupamento de Escolas Sidónio Pais e contou com o apoio do Município de Caminha, das juntas de freguesia e do Pingo Doce de Caminha que ofereceu os lanches a todos os alunos.

No dia 10 de fevereiro - O Valadares, Teatro Municipal de Caminha acolheu mais um Baile do Assalto, numa organização conjunta dos comerciantes de caminha, da junta de freguesia de caminha e vilarelho e da Câmara Municipal de Caminha.

E por fim, no dia 12 de fevereiro tivemos o grande desfile de carnaval em Caminha, com cerca de 1.500 foliões, fantasiados, que desfilaram pelas ruas do Centro de Caminha, perante um público numeroso e entusiasta. Dos 22



Assembleia Municipal de Caminha

grupos participantes, 12 vieram da Galiza, a maioria de municípios ribeirinhos do rio Minho, mas também de Vigo (2), sendo os restantes 10 oriundos da região.

O nosso carnaval foi notícia nos mais variados meios de comunicação social, nomeadamente na página do Jornal de Notícias e da RTP, com uma forte reportagem fotográfica do evento e o destaque para a parceria luso-galaica, sem esquecer os variadíssimos meios de comunicação regional e local, como a Rádio Vale do Minho e as páginas do Município.

Efetivamente, o sucesso deste último Carnaval é o reconhecimento pelo trabalho do atual executivo que tem vindo a apostar de forma clara e inequívoca numa estrutura cada vez mais profissionalizada, com o objetivo de lhe conferir uma dimensão nacional e transfronteiriça - o que se consubstancia numa adesão espanhola extremamente significativa.

Destaca-se aqui o mérito e visão do atual executivo, que apostou e assumiu abrir este carnaval aos nossos vizinhos espanhóis, mesmo contra a vontade e posição do PSD, que via nessa espécie de simbiose e abertura aos grupos grandes de "comparsas" uma espécie de problema. O tempo tem-se encarregado de nos mostrar, também nesta matéria, que o caminho é para a frente...que Caminha precisa de evoluir, de se abrir e de abandonar de uma vez por todas o isolamento a que esteve votada durante anos.

Este sucesso só foi possível graças à união de esforços entre Câmara, juntas de freguesia, professores, educadores, comerciantes, instituições de solidariedade social, e tantos outros cidadãos – que se uniram e trabalharam desinteressadamente, para que este carnaval acontecesse e tivesse tanto êxito, um esforço que foi reconhecido e compensado pela forte adesão de participantes e público em geral.

Esta equipa alargada de homens e mulheres transformou o Carnaval de Caminha num evento de referência nacional com grande projeção também em Espanha.

Tenho dito."



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez interpelação à mesa, e disse que esta intervenção é meramente construtiva, solicitando ao Senhor Presidente da Mesa que para a próxima Assembleia Municipal convoque uma conferência prévia de líderes, para que se possam otimizar estas reuniões da Assembleia Municipal. Refere o Senhor Deputado que este ponto da ordem de trabalhos é para a apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, e mais não diz. Tudo isto poderia ter sido evitado se realmente se fizesse uma conferência prévia de líderes e tivessem os pontos da ordem de trabalhos sido devidamente preparados e, eventualmente, até de se chegar a um acordo para que se faça uma única intervenção que de facto tenha a ver com a apreciação da Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara.

Disse.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, solicitou a palavra para fazer um pequeno esclarecimento, e disse ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro que o ponto 29 da informação escrita do Senhor Presidente, fala precisamente do Carnaval, logo, foi uma opção do Senhor Deputado do Partido Socialista basear a sua intervenção nas considerações que achou pertinentes.

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 18 de dezembro 2017

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 18 de dezembro 2017**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 30 votos a favor, 0 votos contra e 4 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

c) Celebração de Protocolos de Apoio às Freguesias

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de fevereiro de dois mil e dezoito, relativa à “**Celebração de Protocolos de Apoio às Freguesias**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove os “Protocolos de Apoio às Freguesias”.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, deu início à sua intervenção e disse esta sua intervenção se estende à alínea d) do ponto da ordem de trabalhos;

“Após análise aos documentos, referentes aos acordos de execução entre o município e as freguesias, e celebração de protocolos de apoio às freguesias, a bancada do PSD entende que as Juntas de Freguesias do concelho de Caminha, eram merecedoras de um maior apoio financeiro por parte do executivo camarário.

Não se pode fazer, nesta matéria, análise comparativa com anteriores executivos, como tem sido feito reiteradamente, uma vez que a transferência de competências com o respetivo envelope financeiro tem somente cerca de 4 anos.

Alertamos para o facto de neste novo acordo, terem sido feitas alterações, na cláusula 42, no que diz respeito à obrigatoriedade que existia de levar a



Assembleia Municipal de Caminha

reunião de câmara as eventuais alterações aos acordos. Esta nova redação promovida pelo Sr. Presidente, revela a promoção de falta de transparência nesta matéria.

Apesar destes alertas, e cientes que somos, das dificuldades financeiras que o executivo atravessa, das necessidades prementes das Juntas de Freguesias, da imposição que advém da própria lei, e na salvaguarda dos interesses da população, irá votar favoravelmente os pontos C e D da ordem de trabalhos.”

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e disse que esta sua intervenção se estende à alínea d) do ponto da ordem de trabalhos uma vez que ambas se complementam, e de seguida deu início à sua intervenção;

“Se se questionar qualquer habitante do Concelho de Caminha acerca do valor ou da riqueza que o seu Concelho tem, a resposta tenderá, quase sempre, para a mesma inclinação: Caminha tem tudo, tem gentes do mar, do rio, da serra... As 14 freguesias do nosso Concelho são mesmo assim: diferentes, distintas, diversas.

Por outro lado, o esforço do Município reside em que em certos aspetos, as freguesias possam estar igualadas: em qualidade, em serviços, em respostas às suas populações.

A Lei 75/2013, de 12 de setembro, veio delegar às Juntas de Freguesia uma série de competências e funcionalidades, antes inerentes às Câmaras Municipais, das quais se destacam:

- a de gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
- a de assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- a de manter, reparar e substituir algum mobiliário urbano do espaço público;



Assembleia Municipal de Caminha

- a de assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico e a de promover a manutenção dos seus espaços envolventes.

Tendo em conta estes pontos, o Município apresenta um Acordo de Execução a celebrar entre este e as Freguesias, para que o correto exercício das competências delegadas às Juntas de Freguesia seja uma realidade e, assim, todas as necessidades dessas atuações sejam atendidas.

É assim proposta a atribuição de verbas financeiras a cada freguesia, rigorosamente calculadas tendo em conta o número de habitantes, a área geográfica, o número de entidades de ensino e, de extrema importância, a cláusula de solidariedade e coesão, que garante que todas as freguesias sejam, proporcionalmente, contempladas sem qualquer discriminação, perfazendo um total de 184.500€.

Estas serão colocadas, na íntegra, ao dispor das Juntas de Freguesia até ao final do 1º Trimestre do corrente ano.

Por outro lado, e tendo em conta, para além das obrigações, as necessidades que cada Freguesia tem de desenvolver as suas próprias ações e, assim, valorizar o seu espaço, o seu património, os seus serviços e responder de forma mais eficaz a cada um dos seus habitantes, o Município propõe ainda a celebração de Protocolos de Apoio às Freguesias.

Como referi, cada Freguesia possui uma realidade muito própria.

Não seria sequer justo comparar ou igualar as freguesias de Moledo e Cristelo às das Argas de Baixo, de Cima e de São João ou a de Vila Praia de Âncora à de Dem, por exemplo.

Cada uma das freguesias deste Concelho possui dinâmicas sociais, urbanas, patrimoniais e culturais distintas, gentes e saberes próprios e até, porque não, anseios e vontades características e específicas.

Ainda bem, se mo permitem, que assim é, pois só desta maneira, surpreendemos e regalamos da forma que o fazemos aqueles que nos visitam.



Assembleia Municipal de Caminha

O Protocolo de Apoio às Freguesias que o Município propõe, possibilita, assim, dar alguma autonomia e flexibilidade para que cada Freguesia desenvolva ações próprias da forma que considera mais eficaz e mais saudável para sua população e comunidade, conservando assim a variedade e a diversidade das localidades caminhenses.

Num total de 292 700€, o Município compromete-se ainda a prestar todo o apoio humano e logístico às Freguesias, garantindo a continuidade do trabalho prolífero e salutar que Câmara e Juntas têm desenvolvido nestes últimos anos. Este conjunto de cerca de meio milhão de Euros apoiados ainda pela disponibilidade dos meios humanos e de serviços camarários, colocados ao dispor das Juntas de Freguesia, mas sobretudo ao dispor de cada membro da nossa comunidade, vem, de forma natural, continuar e reforçar o trabalho do Município, fincado e próximo às populações das freguesias, dando especial atenção àquelas mais deslocadas dos núcleos urbanos do nosso concelho.

O trabalho de apoio às populações mais idosas, às escolas, a oferta cultural, a disponibilização de uma carrinha que leva os serviços às Freguesias, a relação com o associativismo de cada localidade, a divulgação da oferta e das mais-valias das nossas terras, a estreita e saudável relação com a esmagadora maioria dos Presidentes de Junta do nosso concelho, somadas às duas propostas que hoje nos são apresentadas, garantem e estimulam o crescimento, o desenvolvimento e, sobretudo, a identidade e o bem-estar de todo e qualquer habitante deste Concelho e daqueles que nos visitam.”

O Senhor Secretario da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Luis Matias, disse que em nome da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, que esta se congratula com a entrega do valor das transferências de capital na totalidade, a qual vem dar uma lufada de ar fresco para as freguesias, mas, quanto as verbas relacionadas no acordo sendo os possíveis não são suficientes, isto em relação à sua Junta, uma vez, que precisariam de muito mais para poder cumprir com aquilo que tem para fazer.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse em relação àquilo que ali foi dizer o Senhor Luis Matias, e sem querer estragar aquele ambiente que ali se está a viver de “Lua de Mel”, contudo, o adiantamento não está relacionado com as verbas de capital, são as transferências correntes. Mas, também se perguntar ao Presidente da Câmara se as Juntas de Freguesia deveriam ter mais dinheiro, a sua resposta seria que sim. Referiu ainda o Senhor Presidente que no caso da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e de Caminha/Vilarelho na contabilidade global que é feita a propósito da distribuição do dinheiro para obras e despesas correntes, se as contas fossem feitas sem a clausula de solidariedade quer Vila Praia de Âncora quer Caminha teriam mais dinheiro do que aquele que tem, mas, aquilo que acontece sobre a clausula de solidariedade que é colocada neste acordo, trata-se de uma clausula de solidariedade que protege Freguesias como, Vile, Argas, Argela, que no calculo direto do algoritmo da conta a fazer teriam uma verba muitíssimo baixa e permite-lhes ter no mínimo 10 mil euros, e desse modo, Vila Praia de Âncora e Caminha são prejudicadas, mas, ficam pelo menos com o espirito altruísta de contribuir para a coesão do Concelho de Caminha.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

d) Celebração de Acordos de Execução entre o Município e as Freguesias



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e um de fevereiro de dois mil e dezoito, relativa à **“Celebração de Acordos de Execução entre o Município e as Freguesias”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a **“Celebração de Acordos de Execução entre o Município e as Freguesias”**.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) Contração de um Empréstimo a Curto Prazo para o Exercício Económico de 2018

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de sete de fevereiro de dois mil e dezoito, relativa à **“Contração de um Empréstimo a Curto Prazo para o Exercício Económico de 2018”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Handwritten blue ink marks, including a checkmark and a signature.

Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea f), do n.º1, do art.º25, da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar a contratação de empréstimos, **propõe-se** a contratação de um empréstimo a curto prazo para o exercício económico de 2018.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Referente ao pedido de autorização de contratação de um empréstimo de curto/prazo - exercício económico 2018, da Câmara Municipal de Caminha, dado tratar-se de um ato normal de gestão dos municípios com dificuldades financeiras, a bancada do PSD, abster-se-á no ponto e) da ordem de trabalhos.”

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha e comunicação social, e disse o seguinte;

“Relativamente a esta alínea da ordem de trabalhos, contratação de um empréstimo de curto prazo para exercício económico de 2018, importa referir e enquadrar o seu propósito, assim como a importância do mesmo para o município.

Nesta matéria este executivo demonstra que sabe cumprir as suas responsabilidades e honrar os seus compromissos, prova disso, são os anteriores empréstimos aprovados neste órgão.

A contratação deste empréstimo permite:

- a) O pagamento da indemnização ao Dr. Dionísio Marques;
- b) O pagamento a um dos Herdeiros do Dolmen da Barrosa;

Este empréstimo vai permitir também levar dinheiro às freguesias, até ao final do primeiro trimestre deste ano. As Juntas de Freguesia do Concelho de Caminha receberão a totalidade do valor das receitas correntes a atribuir pela



Assembleia Municipal de Caminha

Câmara, pela ia vez as Juntas de Freguesia receberão da Câmara Municipal, em transferência correntes, de uma só vez 184 500€, dando um claro sinal de confiança do trabalho a realizar pelos executivos das Juntas Freguesias, pretendendo tornar menos burocrática a gestão das verbas face às rubricas e competências a que estão associadas.

Provavelmente seremos dos poucos ou mesmo o único Município a antecipar as transferências correntes.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, solicitou um pedido de esclarecimento, porque ficou um pouco confuso com a tomada de posição da bancada do PSD, mas, pensa que percebeu, e aquilo que o Senhor Deputado acha, é, que se estão a referir à contração de empréstimo como sendo um ato administrativo da Câmara Municipal de Caminha e à contratação de um empréstimo como sendo uma competência da Assembleia Municipal de Caminha, contudo, esta questão das duas palavras já foi levantada nesta Assembleia mais do que uma vez, porém, aquilo que eles mantem é o mesmo que já o disseram no passado, ou seja, não é da sua competência alterar aquilo que lhes chega, e o documento que lhes chega diz claramente que é uma contração de um empréstimo, e nesse momento em que este documento veio para discursão entendeu-se que só se pode fazer um contrato de um empréstimo se se vai contrair esse empréstimo. Não lhes parece, por isso, que haja uma relevância tão grande que os impeça de autorizar uma contratação de um empréstimo, só porque a proposta chega como contração de empréstimo, mas, poderá estar o Senhor Deputado a interpretar mal aquela que foi a tomada de posição por parte do PSD, por isso pediu este pedido de esclarecimento. Se é esse o teor, logicamente discordam dele e votarão favoravelmente esta contratação de empréstimo. Se está errado o entendimento, solicita ao Senhor Presidente que esse esclarecimento seja feito.



Handwritten blue ink marks, including a stylized 'Z' and a signature-like flourish.

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, disse que a sua declaração é aquilo que eles pensam e é aquilo que está escrito, ou seja, é uma contração.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que aquilo que percebeu foi que a bancada do PSD se abstém porque se trata de ato administrativo da Câmara Municipal de Caminha, ou seja, nós, Assembleia Municipal, não nos pronunciamos sobre isso. Mas acontece que a Câmara Municipal de Caminha não pode contrair um empréstimo se a assembleia não o autorizar, por isso não entende a razão de se absterem, remetendo essa competência para a Câmara que também não a tem. Ou seja, o ato administrativo é da Câmara, mas quem o autoriza é a assembleia. Concluiu dizendo que isto não é assim tão confuso, apenas se trata de uma questão para se perceber qual é o alcance da tomada de posição do PSD.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, para finalizar o debate disse que com a contração deste empréstimo por parte da Câmara Municipal e pela autorização que a Assembleia der para se poder fazer essa contratualização, julga o Senhor Presidente que estarão em condições para se poder fazer os pagamentos aos herdeiros do Dólmen da Barrosa, aos herdeiros do Dr. Dionísio Marques e a cada uma das Juntas de Freguesia o adiantamento das verbas até a próxima sexta feira, tentando adiantar o prazo que seria até ao final do primeiro trimestre, e desse modo, acabasse por terminar este momento em um momento bom, bonito e com frutos, o que é ótimo para todos.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 09 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) Implementação de Sinalética na União de Freguesias de Caminha e Vilarelho

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de dezembro de dois mil e dezassete, relativa à **“Implementação de Sinalética na União de Freguesias de Caminha e Vilarelho”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize a aprovação para que se proceda à proibição de paragem e estacionamento de veículos na rua Fonte da Vila, entre a rua da Igreja Velha e a rua do Corgo, com a implementação da seguinte sinalética:

- Sinalização Vertical: colocação de sinal vertical C16 (Paragem e estacionamento proibido) + placa adicional modelo 14 “sujeito a reboque”, na Fonte da Vila, junto ao entroncamento coma rua da Igreja Velha, no passeio do lado direito do sentido de trânsito, imediatamente a seguir à passadeira existente;
- Sinalização horizontal: marcação no pavimento de linha contínua amarela em toda a extensão da rampa, entre as concordâncias do passeio e do canteiro existe, e linhas diagonais no espaço em frente ao portão, entre este e a linha contínua.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.



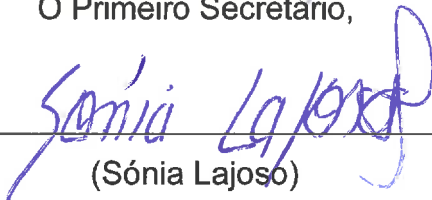
Assembleia Municipal de Caminha

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 34 votos a favor, 0 voto contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

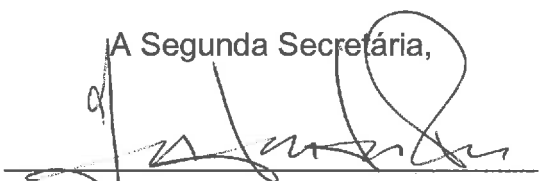
O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 23H45M, do dia 23 de fevereiro de 2018, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário,



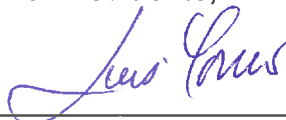
(Sónia Lajoso)

A Segunda Secretária,



(José Gaspar Pereira)

O Presidente,



(Luís Augusto Pestana Mourão)